

**Ministro da Justiça é convidado a participar da 7ª Reunião Extraordinária do CNDH;
Colegiado quer ouvi-lo sobre dossiê de servidores/as integrantes do ‘movimento
antifascismo’**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH deliberou hoje (14) o encaminhamento de convite ao ministro da Justiça e Segurança Pública, André Luiz Mendonça, para participar da 7ª Reunião Extraordinária do colegiado, marcada para o mês de setembro.

O objetivo é que o ministro, cujo órgão possui assento no CNDH, possa trazer informações sobre o dossiê de servidoras/es integrantes do ‘movimento antifascismo’ e professoras/es universitárias/os, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 722.

A pauta foi discutida e proposta pela Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, presidida pela conselheira Cristina Castro. “A notícia da existência de uma ação interna por parte de agentes do Estado contra funcionários públicos e acadêmicos que se manifestam como antifascistas e em defesa da Constituição precisa ser apresentada, visto que ações desse porte violam diversos direitos e temos, enquanto CNDH, de estar atentos às diversas formas de violações que podem ser implementadas”, afirma a conselheira.

Entre as pessoas listadas no dossiê, está um membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns. A Comissão Arns tem uma parceria de cooperação com o CNDH desde a criação, no início do ano passado. Seus representantes foram inclusive recebidos em reunião do CNDH para tratar dos desafios para a agenda de fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no país.

A 7ª Reunião Extraordinária do colegiado será realizada nos dias 17 e 18 de setembro, em sala de reunião virtual, conforme atribuições do CNDH, sobre a incidência do colegiado durante o período da pandemia do coronavírus (covid-19), em caráter excepcional.